



Ciências Humanas:

Caráter Polissêmico e
Projeção Interdisciplinar

Antonio Carlos da Silva
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2021



Ciências Humanas:

Caráter Polissêmico e
Projeção Interdisciplinar

Antonio Carlos da Silva
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências humanas: caráter polissêmico e projeção interdisciplinar 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Antonio Carlos da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: caráter polissêmico e projeção interdisciplinar 2 / Organizadores Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, Antonio Carlos da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-131-9

DOI 10.22533/at.ed.319210406

1. Ciências humanas. I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon (Organizadora). II. Silva, Antonio Carlos da (Organizador). III. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

“Não creio que possa haver qualquer processo de pensamento sem experiência pessoal. Todo pensamento é repensa” (ARENDT, Hannah. A vida do espírito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2012, p. 41).

Entramos em um momento histórico que somente com abordagem crítica, pluriversa, multireferenciada e plural poderemos assinalar o que fizemos de melhor como também anunciar o porvir. Os sujeitos sociais experimentam e narram vivências que exigem caráter polissêmico em prol de direitos, bem como matizam novas abordagens sobre exclusões, vulnerabilidades, assimetrias, subalternidades, tendências e interpretações de textos, contextos e agentes interseccionais.

A realidade – por meio de investigação teórica e análise histórica - está sempre em construção e as adaptações se realizam a partir da consciência dos processos mundiais e relacionais de vida social. Deste modo, com projeção interdisciplinar, confirmam emergências de temas, sujeitos e problemas que caracterizam as Ciências Humanas como um campo do conhecimento essencial para desenvolvimento social. São olhares sobre existências, resistências e processos que configuram o objetivo dessa obra.

Tomando esse argumento, o livro resulta de caminhos individuais e coletivos, de pesquisa, ensino e extensão. Tal percurso reflete intenções, desejos e, sobremaneira, trilhas que se cruzam - interdisciplinarmente e compondo partes que versam para além do senso comum - enveredando por bases científicas como instrumento de transformação.

Os dados apresentados e analisados são pontas de iceberg, denotando rigor e metodologias múltiplas. Destacam-se contributos de várias regiões desse país-continental e em diversas modalidades. São esforços para compreender, analisar, demonstrar e criar análises rigorosas e metodologicamente pautadas em fontes e vertentes argumentativas.

Nesse sentido, focalizando nas linhas gerais e valorizando o processo construção de saberes, esse livro faz uma análise dos fluxos e dos conteúdos concernentes aos processos que, em prol da descrição densa, engendram interfaces para compreensão dos fenômenos que nos cercam ao sugerir recomendações para um mundo justo.

Apreender que a totalidade das Ciências Humanas e Sociais fornecem um olhar atento sobre a consistência dos instrumentos, sejam das políticas já existentes como, sobretudo, de avaliação empregados nestes registros de desempenho dos projetos e programas. Os chamados “problemas retorcidos” (Rittel & Webber, 1973), podem não só servir de instrumento, problematizando e oferecendo visão crítica e avaliativa, tendo como centralidade também a aproximação com sujeitos “de carne e osso”, de subjetividades, pessoas (mulheres, idosas, deficientes, privadas de liberdade) e expressões de Humanidade (em suas múltiplas áreas) que tomam a responsabilidade e assumem compromisso ético oferecendo oportunidades para desenvolvimento de ações pertinentes e distantes das “incertezas”.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Antonio Carlos da Silva

REFERÊNCIAS

RITTEL, H.W. & WEBBER, M. Dilemmas in a General Theory of Planning. In: Policy Sciences 4. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Company, 1973, pp. 155-169.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DIÁLOGO ABERTO: TEORIA LIBERTÁRIA E CRÍTICA EMANCIPATÓRIA

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Antonio Carlos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.3192104061

CAPÍTULO 2..... 15

CONFLITO E IDENTIDADE NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO: O CASO DE NAGORNO-KARABAKH

Danielle Amaral Makio

Larissa de Castro Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.3192104062

CAPÍTULO 3..... 31

PRECARIIDADES (DES)MASCARADAS. TRAMAS ONTOLÓGICAS, RECONHECIMENTOS E GIROS PELAS ABORDAGENS DE JUDITH BUTLER

Angela Virgínia Brito Ximenes

DOI 10.22533/at.ed.3192104063

CAPÍTULO 4..... 45

PROJETO SIM (SERVIÇO DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR): PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES

Fernanda das Chagas Valente

Flávia Bascuñan Timm

Heloisa Maria de Vivo Marques

Rúbia Cristina Porto

DOI 10.22533/at.ed.3192104064

CAPÍTULO 5..... 57

A CONDIÇÃO DA MULHER EM CONFINAMENTO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PETROBRAS DURANTE A GREVE DOS PETROLEIROS

Mariana Marujo Velloso

Marinete dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.3192104065

CAPÍTULO 6..... 67

A PROTEÇÃO INTEGRAL DAS PESSOAS IDOSAS EM TEMPOS DE PANDEMIA POR CORONA VÍRUS: UM ESTUDO A PARTIR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS

Ulisses Campos de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.3192104066

CAPÍTULO 7	92
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO	
Hádria Samille Palhano Galvão	
Jeovana Nunes Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.3192104067	
CAPÍTULO 8	104
A FUNÇÃO DA ESPIRITUALIDADE E DA RELIGIÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS RECUPERANDOS DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE PARACATU-MG	
Renato Paulino Borges	
DOI 10.22533/at.ed.3192104068	
CAPÍTULO 9	111
AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL DE 1967 A 2019 E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO FORTIFICADO	
Marina da Silveira e Melo	
Pedro Gomes Januário	
DOI 10.22533/at.ed.3192104069	
CAPÍTULO 10	120
O CENTRO HISTÓRICO E A EXPANSÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS: PROTEÇÃO, HABITAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL	
Marina da Silveira e Melo	
Pedro Gomes Januário	
DOI 10.22533/at.ed.31921040610	
CAPÍTULO 11	130
HOOK, LINE, OR SINKER?: CHOICES IN ARCHAEOLOGICAL EPISTEMOLOGIES - TWO SOUTH AMERICAN CASE STUDIES	
John Gabriel O'Donnell	
Klaus Kristian Hilbert	
DOI 10.22533/at.ed.31921040611	
CAPÍTULO 12	148
ARQUEOLOGIA SOCIAL INCLUSIVA E CONSERVAÇÃO DA ARTE RUPESTRE DOS SÍTIOS BARRO BRANCO I E TEMPLO DOS PILARES – ALCINÓPOLIS – MS	
Maria Conceição Soares Meneses Lage	
Benedito Batista Farias Filho	
Igor Linhares de Araújo	
Wellington Lage	
Danyel Douglas Miranda de Almeida	
Pablo Meneses Lage	
DOI 10.22533/at.ed.31921040612	

CAPÍTULO 13	162
“COTIDIANO” DE RONALDO MIRANDA: IMAGINAÇÃO VISUAL E CONSTRUÇÃO DA PERFORMANCE DE CANÇÃO DE CÂMARA COM TEMÁTICA CONTEMPORÂNEA E MÚSICA PÓS-TONAL	
Gisele Pires Mota	
DOI 10.22533/at.ed.31921040613	
CAPÍTULO 14	173
INTERDISCIPLINARIDADE: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO DE FÍSICA ATRAVÉS DA HISTÓRIA E TECNOLOGIAS	
Tathiana Moreira Diniz Ribeiro Cotta	
DOI 10.22533/at.ed.31921040614	
CAPÍTULO 15	184
A IMPORTÂNCIA DAS DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DOS LICENCIANDOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO IFTO- <i>CAMPUS</i> ARAGUATINS	
Idrlan Alves Batista	
Rafael de Jesus Costa	
Maiara Sobral Silva	
DOI 10.22533/at.ed.31921040615	
CAPÍTULO 16	196
ESPERANÇA E CONSOLO: UMA HERMENÊUTICA DO LIVRO DE APOCALIPSE PRESENTE NA TEOLOGIA DE MARTINHO LUTERO	
Maelite Costa de Araújo	
João Inácio Bezerra da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.31921040616	
CAPÍTULO 17	203
PARA ALÉM DO CORAÇÃO AQUECIDO: FRATURAS E PEQUENAS CRISES NUMA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COM JOHN WESLEY	
Álvaro Nunes Lorangeira	
Tarcis Prado Junior	
Moisés Cardoso	
Franco Iacomini Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.31921040617	
SOBRE OS ORGANIZADORES	214
ÍNDICE REMISSIVO	215

CAPÍTULO 2

CONFLITO E IDENTIDADE NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO: O CASO DE NAGORNO-KARABAKH

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 06/05/2021

Danielle Amaral Makio

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (Unesp, Unicamp, Puc-SP),
Universidade de Glasgow
Glasgow – Escócia
<http://lattes.cnpq.br/2928282643018425>

Larissa de Castro Nogueira

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7096912460222433>

RESUMO: Este capítulo tem por intuito analisar as dinâmicas envolvidas no conflito de Nagorno-Karabakh desde seu início até aproximadamente o final dos anos 2000, a fim de obter maior entendimento acerca das particularidades dos conceitos de Estado e nação no espaço pós-soviético e vislumbrar perspectivas de resolução do embate. Para tanto, parte-se da hipótese de que as construções de identidades, nesse contexto, atuam, junto de consequências de fenômenos históricos ligados à égide da URSS, como grandes fontes de complexidade e, ainda, como grandes norteadores dos desdobramentos do litígio. Com o objetivo de demonstrar o exposto, será realizada uma breve contextualização do caso escolhido, seguida de uma análise tripartida das características materiais e imateriais da região irredentista. A seguir, serão realizadas uma breve exposição teórica acerca da relação

entre Estado e identidade e um relato histórico das negociações de paz. Enfim, analisar-se-á, a partir dos parâmetros determinados, as perspectivas de superação do conflito colocado.

PALAVRAS - CHAVE: Nagorno-Karabakh. Estudos pós-soviéticos. Identidade. Statebuilding.

CONFLICT AND IDENTITY IN THE POST-SOVIET SPACE: THE CASE OF NAGORNO-KARABAKH

ABSTRACT: The present chapter aims to analyze the dynamics involved in the Nagorno-Karabakh conflict from its beginning until approximately the end of the 2000's, in order to better understand the particularities of the concepts of state and nation in the post-Soviet space and to envision perspectives for resolving the conflict. We shall base our arguments on the hypothesis that the construction of identities, in this context, act, together with the consequences of historical phenomena linked to the aegis of the USSR, as great sources of complexity and, still, as great drivers of the unfolding of the litigation. In order to demonstrate the above, a brief contextualization of the chosen case will be carried out, followed by a tripartite analysis of the material and immaterial characteristics of the irredentist region. Next, there will be a brief theoretical presentation on the relationship between state and identity and a historical account of the peace negotiations. Finally, the perspectives of overcoming the conflict will be analyzed, based on the parameters determined.

KEYWORDS: Nagorno-Karabakh. Post-Soviet studies. Identity. Statebuilding.

1 | INTRODUÇÃO

A narrativa que permeia as relações internacionais dos anos 1990, constituída pela diáde do fim da Guerra Fria e da hegemonia estadunidense, ao passo em que se coloca enquanto consenso inesgotável no Ocidente, não representa uma abordagem analítica que permita o devido entendimento da nova conjuntura instaurada na região da antiga URSS, cujos processos de reorganização político-territorial vêm à tona e se materializam, sobretudo, na erupção de demandas nacionalistas substancialmente distintas daquelas que se encontra em demais localidades e temporalidades. Nesse ínterim, o próprio conceito de “Estado-nação”, demanda, quando transplantado à Eurásia, um outro tipo de tratamento analítico. Como descreve o célebre sociólogo Anthony D. Smith, o Estado-nação corresponde ao cenário de compatibilidade entre o território estatal e o grupo étnico homogêneo que o habita, sendo ele o único tipo de entidade política permitida e exigida no mundo moderno (SMITH, 1986, p. 228).

Surpreendentemente, a evidência empírica demonstra que a congruência entre *ethnos* e território é a exceção, e não a regra, no tabuleiro internacional, sendo o enclave de Nagorno-Karabakh (doravante N-K), também conhecido como República de Artsakh, em língua armênia, um dentre os inúmeros casos de incompatibilidade entre Estado e nação. Dos esforços empregados a fim de suplantiar tais lacunas conceituais características dos estudos pós-soviéticos emana o conceito de Estado *de facto*, que, segundo Scott Pegg (1998), aplica-se a regiões formalmente pertencentes a um Estado-nação, mas que possuem anseios autonomistas. Imbuídos por processos correntes de *nation* e *state-building*, estes espaços são comandados por uma liderança política internamente legitimada pelo apoio popular e contam com capacidade de organização política que lhes permite, destarte a ausência de reconhecimento internacional, prover serviços de natureza governamental à população.

As particularidades do contexto político e identitário que envolve a região tratada são especialmente evidenciadas no caso do conflito de N-K, Estado *de facto* que luta por sua independência do Azerbaijão, dado o longo processo negocial que, em vista de atingir uma resolução pacífica, reverbera fenômenos político-sociais característicos do espaço pós-soviético. Este estudo se propõe, portanto, a desvelar as dinâmicas de um conflito que usualmente escapa às análises tradicionais do campo das Relações Internacionais no Brasil, almejando, de modo mais específico: (i) compreender de que forma os conceitos de Estado e Nação operam e são definidos nas unidades políticas da região pós-soviética e (ii) quais as reverberações de tal dinâmica nas perspectivas de atingimento da paz. A fim de promover uma análise mais minuciosa, o estudo se limitará a abordar o conflito desde seu início, no começo dos anos 1990, até, aproximadamente, o final dos anos 2000, sendo 2006 o principal momento a ser destacado em nossas considerações. Dessa forma, parte-se da hipótese de que o conflito em N-K representa mais do que um mero embate

entre Armênia e Azerbaijão: as forças internas à N-K, sobretudo no que diz respeito à sua formação identitária, são de grande importância à compreensão dos motivos que fomentam a continuidade do confronto e dos seus possíveis desdobramentos.

2 | O CONFLITO EM NAGORNO-KARABAKH

Nos anos 1920, as nações transcaucasianas, nomeadamente armênios, geórgicos e azeris, buscaram se consolidar como Estados independentes, iniciando um turbulento processo de demarcação territorial. Neste contexto, os conflitos entre Armênia e Azerbaijão, que já haviam lutado pela posse do enclave de Nagorno-Karabakh antes de tornarem-se Repúblicas Soviéticas, escalariam substancialmente. O *turning point* desta disputa ocorreria no cenário de redesenho das fronteiras do Cáucaso pela URSS: em 1923, o *Politburo*, comitê de comando da União Soviética, viria a declarar que, a despeito da maioria étnica armênia em N-K, o enclave passaria a estar formalmente vinculado ao território do Azerbaijão. Como forma de amenizar as animosidades dos armênios de Karabakh, o Politburo concederia à região o status de província autônoma (*Oblast*) da União Soviética. A despeito dos arranjos formais que previam a relativa autonomia deste espaço, é notável que o governo azeri passou a desempenhar um papel assertivo em seus assuntos internos, constringendo não apenas os anseios do vizinho rival, como os da própria população de N-K (GEUKJIAN, 2012, p. 24-26).

Gradualmente, estas intervenções se traduziriam em sistemáticas políticas discriminatórias, que visavam sufocar as potenciais demandas da região por autonomia. No âmbito cultural, a ameaça às características étnicas do enclave se deu através da proibição, pelas autoridades do Azerbaijão, de qualquer referência à Armênia em livros escolares e em meios de comunicação. Ainda mais, as altas posições do governo seriam destinadas à etnia azeri, um tratamento preferencial visível não apenas nas esferas da vida pública, mas também na constituição nacional. A ameaça às raízes étnicas de N-K seria agudizada, também, por uma forte política de migração à região, a qual visava compensar a dominância armênia por meio de uma igual proporção de nativos do Azerbaijão. No campo econômico, as vilas de N-K seriam sistematicamente privadas de projetos e investimentos estruturais. Tais comportamentos discriminatórios constituem, inegavelmente, um elemento crítico das demandas de N-K por secessão (GEUKJIAN, 2012).

O desmantelamento da URSS representou, portanto, o fim do elemento de autoridade que assegurava a relativa estabilidade na região: durante a era soviética, as demandas do enclave eram verdadeiramente negligenciadas pelo Politburo, que temia que a concessão de maior autonomia a N-K pudesse fornecer o precedente para a revolta de outros grupos nacionais. No pós-1991, contexto da onda independentista das Repúblicas Soviéticas, os sucessivos confrontos entre armênios e azeris pela ocupação e controle de N-K escalarão ao nível do embate violento e do isolamento absoluto dos dois grupos

étnicos. Em 1992, no episódio conhecido como Massacre de Khojaly, os armênios de Karabakh se rebelaram contra as vilas do enclave de maioria étnica azeri, assassinando e expulsando massivamente o grupo rival. Desde então, o enclave se caracteriza pela população monoétnica, de origem *exclusivamente* armênia. Neste cenário, atesta-se que, a despeito do cessar-fogo acordado em 1994, a ausência de um confronto direto não se traduziu no estabelecimento da paz (DE WAAL, 2003, p. 169-172).

3 I NAGORNO-KARABAKH: TRÊS ABORDAGENS ANALÍTICAS

A complexidade das dinâmicas políticas de N-K, somada à multiplicidade de atores e processos envolvidos, permite que inúmeras dimensões do conflito sejam exploradas: o enclave pode ser analisado enquanto região do Azerbaijão, enquanto Estado *de facto*, como região informal da Armênia, como objeto de disputa entre Estados rivais ou mesmo como entidade internacional ambígua, cuja capacidade de ação é limitada pelos princípios do direito internacional (PANOSSIAN, 2001). Para os fins deste estudo, três dimensões da região serão exploradas, nomeadamente i. as suas potencialidades enquanto nação; ii. a sua caracterização enquanto produto da era soviética; e iii. os seus atributos em termos de capacidades materiais e estruturas estatais.

3.1 A nação Karabakh

No seio das grandes correntes teóricas que concernem ao nacionalismo, identidade nacional e etnicidade, repousa a ideia de que os mitos de ancestralidade, símbolos e narrativas históricas são cruciais à gênese de qualquer nação. Seguindo o argumento de Anthony Smith, o qual atesta que nações são criadas e fortalecidas por meio da mobilização social, vê-se que a dimensão ideológica de uma comunidade é o que fornece significado e propósito ao processo de *nation-building* e o que contribui para a percepção da coesão nacional (SMITH, 1986). No caso em questão, faz-se importante perceber que Armênia e Azerbaijão desenvolveram suas próprias narrativas sobre a gênese do seu povo na região, relacionando seus mitos intrinsecamente ao território de Nagorno-Karabakh (LEAR; WHITING, 2008).

A narrativa armênia sobre o seu passado étnico prova ser uma tentativa de atestar que a sua presença na região precedeu a aparição dos azeris no enclave. Em contraste, as narrativas nacionalistas do Azerbaijão argumentam que, ainda que os azeris não sejam o primeiro grupo a se estabelecer na Transcaucásia, consideram N-K como parte integrante do seu processo de *nation-building*, e mesmo intrínseca à formação do próprio Estado. É notável, portanto, que a Armênia construiu suas percepções sobre N-K sob a ideia de que sua etnia deve ser protegida de ameaças externas e integrada ao espaço da grande nação armênia, enquanto o Azerbaijão, uma formação política mais recente, enfatiza a necessidade de manter a sua integridade territorial. Desta forma, ambos os Estados moldam e promovem suas narrativas nacionalistas como forma de legitimar o seu controle

sobre o enclave (GEUKJIAN, 2012).

Ao invocar o passado étnico, a significância histórica e os mitos sobre o enclave, Armênia e Azerbaijão confirmam que N-K possui uma característica fundamental enquanto nação: esta comunidade é vista “em termos passados e futuros, como entidade que possui história e destino independentes de aspirações individuais” (SMITH, 1976, p. 244). O vínculo dos armênios de Karabakh frente ao seu grupo étnico, seja em termos linguísticos, históricos ou mesmo emocionais, configura, portanto, um poderoso instrumento político para a reafirmação do seu senso de territorialidade.

3.2 N-K enquanto produto da era soviética

Faz-se importante salientar, contudo, que o desenvolvimento de percepções nacionalistas entre os armênios de Karabakh não é apenas o resultado da retomada destes mitos étnicos, mas também do próprio modo como a União Soviética lidou com as inúmeras nacionalidades que constituíam a sua área de influência. Como argumenta Roger Brubaker (1994), a acomodação dos diversos grupos étnicos pela URSS ocorreu por meio da chamada “multinacionalidade institucionalizada”, o que significa que o Estado soviético não apenas tolerava a heterogeneidade de grupos nacionais, como codificava sistematicamente estas diferenças étnicas (BRUBAKER, 1994, p. 49-63).

A formação de identidades na URSS foi marcada por um evidente paradoxo: por um lado, o Politburo promovia o internacionalismo e o socialismo enquanto princípios norteadores do dito “homem soviético”, a aclamada identidade transnacional que deveria subsumir todo e qualquer indivíduo; por outro, argumentava-se que a estrutura governamental do Estado soviético seria federalista, formada pela união voluntária de Estados independentes. Neste sentido, o reconhecimento de inúmeros grupos nacionais pela URSS pode ser visto como uma tentativa de, simultaneamente, enfraquecer o senso de Estado-Nação das quinze Repúblicas e fortalecer a identificação destes grupos com o Estado soviético (O’LEAR, WHITING, 2008).

Estas concepções soviéticas sobre multinacionalidade se traduziriam em um tipo específico de organização do espaço: o etnofederalismo territorial. A solução articulada pelo Politburo frente às distintas nacionalidades que constituíam a URSS guiou-se pelo estabelecimento de diferentes níveis de autonomia para cada entidade política: no topo desta hierarquia, estariam as Repúblicas Soviéticas, seguidas pelas Repúblicas Autônomas e Oblasts (BRUBAKER, 1994; HILL, 1992). Ainda que as Repúblicas Soviéticas limitassem, por vezes, o exercício da autonomia por parte dos Oblasts, é inegável que a articulação de arranjos formais e distintos para estes espaços viria a fornecer as bases institucionais para as suas futuras demandas por independência (LYNCH, 2004, p. 24).

Sob a perspectiva de Svante E. Cornell (2002), a solução etnofederalista para o espaço soviético teria sido o fator responsável por fornecer a capacidade de ação e a disposição às minorias étnicas para questionar, após o fim do regime, as fronteiras

territoriais vigentes. Ainda mais, argumenta o autor que o desenvolvimento de instituições e processos exclusivos aos Oblasts, como políticas linguísticas distintas, procedimentos burocráticos e estruturas singulares de processo decisório, viria a aumentar o senso de legitimidade política destas regiões. No caso de Nagorno-Karabakh, cujas fronteiras étnicas se mostram incompatíveis com as fronteiras políticas, este legado institucional tornar-se-ia um importante instrumento de resistência às decisões do governo central do Azerbaijão (CORNELL, 2002, p. 252-253; GEUKJIAN, 2012, p. 83).

3.3 O “Estado” em Nagorno-Karabakh

Após a compreensão do modo como a ideia de nação se insere em N-K, faz-se necessário perceber em que medida é possível explorar a região em termos estatais. Considerando a natureza política específica do local, a abordagem *institucional* de *state-building*, que enfatiza a capacidade administrativa do Estado em prover serviços, parece ser insuficiente para compreender o fenômeno no enclave. Ainda que o controle sobre as fronteiras, a provisão de bens, a garantia da segurança pública e nível de desenvolvimento econômico sejam elementos essenciais à construção do Estado (LEMAY-HÉBERT, 2009), estas não parecem ser as bases da afirmação de N-K enquanto entidade soberana. Deste modo, a abordagem da *legitimidade* mostra-se mais apropriada a este estudo de caso.

Como atestam Berg e Mölder (2012), a devastação causada pelos conflitos no sul do Cáucaso limitou consideravelmente a capacidade dos governos secessionistas de garantir condições sociais e econômicas satisfatórias ao seu povo. Entretanto, é notável que, a despeito dos inúmeros problemas enfrentados pelos líderes destas entidades, estes se mostram capazes de legitimar sua autoridade política frente à população e, ainda mais, de traduzir esta legitimidade interna em vigorosas demandas por autodeterminação (BERG; MÖLDER, 2012). Torna-se claro, então, que as percepções dos armênios de Karabakh sobre o caráter estatal do enclave não são moldadas pela eficiência das instituições governamentais, mas pela habilidade de suas autoridades em comandar a lealdade do povo contra a grande ameaça externa: o Azerbaijão (HOLSTI, 1996 apud LEMAY-HÉBERT, 2009).

No que tange ao controle e à defesa territorial, elementos-chave do processo de *statebuilding*, nota-se que N-K passou a controlar não apenas a porção do território que vislumbra autonomia, mas também áreas do seu entorno consideradas estratégicas para o Azerbaijão. Dado que a ameaça azeri se coloca como o grande desafio imposto ao enclave, a força de defesa de N-K tornara-se a instituição militar mais desenvolvida do sul do Cáucaso, especialmente porque a mesma conta com a assistência das forças armadas da Armênia. Ao contrário das fronteiras permeáveis de outros Estado *de facto* da Transcaucásia, como aquelas vigentes na Abkhazia e na Ossétia do Sul, os limites de Nagorno-Karabakh são definidos e militarmente protegidos (PANOSSIAN, 2001).

Por fim, a performance do regime em termos de provisão de condições econômicas

e sociais ao povo se coloca como outra complexa questão: por um lado, a ausência de reconhecimento internacional limita o emprego de indicadores socioeconômicos por agências externas e, por outro, a avaliação feita pela população, imbuída de percepções ideológicas, parece não refletir a real conjuntura do enclave. É sabido, contudo, que os danos causados pelos contínuos embates frente aos nativos azeris foram significantes: os custos sociais da vitória étnica armênia sobre o território podem ser percebidos por meio das altas taxas de desemprego e das condições precárias de habitação. A política econômica do governo no período pós-guerra provaria ser insuficiente para a reconstrução de N-K, sendo a Armênia e a diáspora armênia os grandes atores envolvidos na recuperação e manutenção da infraestrutura da região (BERG; MÖLDER, 2012, p. 539-541).

4 I PERSPECTIVAS DE RESOLUÇÃO DO CONFLITO

A multidimensionalidade do enclave de N-K conta com diferentes níveis de complexidade. Destes, destacamos os seguintes: (i) as raízes identitárias que norteiam os desdobramentos do litígio à medida em que criam antagonismos que afastam a possibilidade de convivência pacífica entre as partes envolvidas e suas agendas; (ii) a diversidade de atores envolvidos, que engrossa a lista de demandas e interesses, dificultando a unificação das mesmas em favor da paz; (iii) a constituição de N-K enquanto entidade revestida por processos de *nation-building* e *state-building* e sua busca por legitimidade; e, por fim, (iv) as atuais dificuldades de conciliação de interesses em prol da resolução da situação colocada. A sobreposição de temáticas tão sensíveis colabora para a manutenção do status de congelamento do conflito e apresenta diversos percalços na busca pela paz. Estes, por sua vez, materializam-se, sobretudo, no enclave entre autodeterminação dos povos *versus* integridade territorial, na constituição de N-K enquanto entidade política revestida de identidade definida, e nos esforços por ajustes internos que resultem em reconhecimento internacional. Assim, a fim de melhor esclarecer as consequências de tais fontes de complexidade no andamento do conflito, esta seção apresentará uma exposição dos orientadores teóricos da análise, seguida de uma breve retomada das negociações para a paz realizadas entre as partes envolvidas e, finalmente, buscará analisar, por meio da detecção de processos identitários e políticos, as atuais perspectivas de resolução do litígio a partir de problematizações em âmbitos externo e interno.

4.1 Estado e identidade

A complexidade da relação entre Estado e identidade reside na subjetividade da qual emana a materialidade. Compreender as relações entre elementos da *psique* humana e as reverberações desta no seio do concreto aparato estatal representa um desafio do qual surgem conceitos de grande riqueza para a compreensão dos fenômenos políticos internacionais. Entre os autores que se propõe a clarificar tais aspectos, Lene Hansen (2006)

destaca-se ao afirmar que a construção de identidades nacionais embasa a formulação de políticas públicas à medida em que as relações de aproximação e oposição criadas por tais formações identitárias legitimam certas ações da parte de Estados. Tal processo constitutivo dá-se, pois, a partir da construção de identidades de agentes externos: é a partir da concepção que se tem do *outro* que se delimita o *self* - sou *eu* pois não sou *tu* -, e, por conseguinte, a atuação deste, que se pautará na natureza da significação construída acerca daquilo que é exterior: se antagônica, propiciará a efetivação de relações violentas; se similares, propiciará a construção de relações pacíficas e harmoniosas. O esforço envolvido no revestimento de significado do que é externo, portanto, é tão menor quanto mais fluida e inconsistente for a identidade deste, pois tal representa o tamanho da margem de manobra na qual se podem criar narrativas que propiciem a formalização da concepção que se tem do outro (HANSEN, 2006; ORLANDI, 2005).

De forma similar, Heather Rae (2002) conceituará que a construção de interesses coletivos, facilitada pela formação identitária, representa um aspecto crucial na formação de um Estado à medida em que legitima as ações por ele tomadas e, em última instância, reconhece sua própria existência. Assim, a busca pela constituição de uma identidade bem delimitada seria a base para a homogeneização do arcabouço subjetivo e material que garante a criação de uma comunidade política unificada, elemento do qual imprescinde o Estado nacional. Tal argumento dialoga com a definição de Shannon O'Lear e Robert Whiting (2008) segundo a qual os processos de *nationbuilding* e de *statebuilding* relacionam-se de forma interativa em uma matriz na qual ambos se complementam para a existência sólida e indubitável de um corpo estatal. Segundo tais autores, contudo, a materialidade inerente aos fenômenos ligados ao segundo processo [*statebuilding*] faz com que seja ele mais proeminente e central, uma vez que se trata do fator que garante a organização institucional da comunidade nacional, de seus interesses e de suas determinações. Assim, tem-se que a formação identitária representa um importante processo de formação e de agência estatal uma vez que garante tanto a legitimação do Estado através da formação de uma sociedade una, quanto a organização sistemática e a materialização dos interesses da nação (O'LEAR; WHITING, 2008; RAE, 2002).

4.2 Histórico das negociações de paz

Em virtude da exposta complexidade envolvida no caso analisado, o enclave irredentista de N-K tem sido mediado pela atuação da OSCE desde 1992. Criada em 1975, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa é uma entidade regional que foi concebida como um dos pilares da arquitetura de segurança no pós-Guerra Fria. Inicialmente idealizada como uma conferência que se propunha a promover um espaço de diálogo para a cooperação política e econômica na Europa Ocidental, a OSCE passaria também a atuar em um contexto regional mais alargado. Dentre as suas várias dimensões de atuação, a prevenção, a gestão e a resolução de conflitos colocam-se como componentes

fundamentais da organização (BOTHE et. al, 1997).

Diante do cenário de “no war, no peace” estabelecido em N-K, as ações da OSCE procuram desmantelar o ambiente de demandas totalizantes e desconfiança com vistas a apontar uma alternativa consonante aos princípios, nem sempre conciliáveis, da organização: a integridade territorial dos Estados e o direito dos povos à autodeterminação. Tal postura vai ao encontro da extrema polarização criada pela construção identitária na qual se insere a região, cujas percepções e ações norteiam-se a partir da irreconciliação de identidades substancialmente antagônicas de azeris e armênios. Em termos práticos, dessa forma, tem-se uma constante vigilância acerca da tomada de decisões unilaterais vindas de qualquer uma das partes envolvidas no conflito, fato este que, à medida em que impede uma maior aproximação pacífica, é visto pela OSCE como pilar fundamental de sua atuação (MYCHAJLYSZYN, 2001; POKALOVA, 2015).

A criação do Grupo Minsk em 1992, comissão *ad hoc* composta por França, Rússia e Estados Unidos, marca o início da atuação da OSCE no contexto da Transcaucásia. No mesmo ano, entretanto, a primeira reunião dos componentes do corpo arbitral falha no âmbito diplomático, levando à permanência da ação militar, a qual prevaleceria até 1994, ano em que se dá a assinatura do Protocolo Bishkek, que marca o cessar-fogo negociado e assinado pelas três partes ativamente envolvidas no conflito. O acordo estabelecido permitiria, então, a delimitação dos princípios norteadores da atuação da OSCE no local. Definidos em 1996, são eles: (i) a afirmação do status legal de N-K baseado em seu direito à autoafirmação, o que lhe concederia maior autonomia em relação ao Azerbaijão; (ii) o direito à integridade territorial de ambos Armênia e Azerbaijão; e a (iii) garantia de segurança à população de N-K. No ano seguinte o Grupo lançaria novo pacote de propostas para a resolução pacífica do conflito, as quais girariam em torno da simultaneidade do tratamento dos objetivos do fim das hostilidades e da definição do *status* definitivo da região irredentista. Tais ambições seriam permitidas, respectivamente, através (i) da criação de zonas tampão nas quais tropas armênicas, karabakhs e azeris seriam substituídas por tropas de *peacekeeping* enviadas pela OSCE, e (ii) através da determinação de N-K enquanto Estado territorial do Azerbaijão protegido pelas Constituições karabakh e azeri. A segunda proposta, que enquadra N-K na jurisdição do Azerbaijão, foi totalmente recusada pela parte separatista (MYCHAJLYSZYN, 2001; POKALOVA, 2015).

Ainda em 1997, em virtude da falência das propostas iniciais e da maior inclinação das partes para atingirem uma resolução, o Grupo Minsk lançaria nova proposta para o atingimento da paz. A nova diretriz contava com um formato de implementação gradual de recomendações, as quais se dividiriam em um primeiro momento de desmilitarização, e um segundo, de delimitação do *status* de N-K. De acordo com as propostas, assim, o Azerbaijão retomaria controle e posse de territórios então ocupados por população karabakh e armênia e o status formal de N-K apenas seria discutido após o sucesso da primeira empreitada. Destarte a boa recepção das partes azeri e armênia, os separatistas

novamente negam a medida proposta pela OSCE. A boa receptividade do presidente Pretosyan acerca das novas intentadas resolutivas, contudo, causou más impressões na Armênia, gerando instabilidades que culminariam em sua abdicação do cargo em 1998 e na sucessiva posse de Robert Kocharyan, antigo presidente da autodeclarada República de N-K. Tal acontecimento representou uma fusão das demandas armênias e karabakhs, o que, por sua vez, culminou na retirada de N-K das negociações formais, representando uma substancial queda da soberania da região ao longo dos diálogos acerca de seu próprio futuro (POKALOVA, 2015).

Uma nova proposta foi lançada em 1998, segundo a qual a região de N-K seria proclamada uma República e corresponderia a um Estado comum ao Azerbaijão, ou seja, uma entidade política soberana localizada dentro dos limites territoriais deste. Tal medida, aceita por Armênia e N-K, é prontamente refutada pelo governo azeri sob a justificativa de representar uma clara violação à sua integridade territorial. Dada a nova falha da OSCE no âmbito do litígio, tem início, em 1999, um novo momento de maiores aproximações bilaterais entre Armênia e Azerbaijão, das quais emanaria, em 2001, uma nova proposta. De acordo com esta, N-K seria reintegrado à Armênia e o Azerbaijão receberia um corredor de terra que o ligaria a Nakhichevan através de território armênio. Inicialmente, o exposto foi aceito por ambas as partes, entretanto, o governo azeri mudaria sua postura em seguida. As novas frustrações envolvendo as perspectivas de resolução do conflito levariam a um certo período de estagnação, o qual apenas seria superado em 2004, quando tem o início o chamado Processo de Praga. Este, proposto pelo Grupo Minsk, previa a criação de uma zona livre de diálogo entre as partes como forma de suplantar os *gaps* encontrados (POKALOVA, 2015).

A partir de meados dos anos 2000, a posição de N-K em relação ao conflito passa a sofrer profundas inflexões motivadas, sobretudo, por um referendo - não reconhecido internacionalmente - feito pelo governo irredentista acerca da inclinação da população a apoiar a busca pela declaração de uma república independente de N-K. Dado o resultado da pesquisa, o governo karabakh afasta-se da Armênia e volta a demandar sua total independência, marcando uma nova fase no decorrer do conflito, que, sob a ótica da atuação de N-K, pode ser dividido em quatro diferentes momentos: (i) a busca por uma reunificação com a Armênia ao longo da égide da implementação da *glasnost* nos primeiros anos de governo Gorbachev; (ii) a escalada das tensões dada a declaração de independência da República de N-K e as recusas desta às propostas iniciais do Grupo Minsk; (iii) o alinhamento de N-K à Armênia ao longo das negociações, buscando aprovar resoluções que promovessem uma reintegração e/ou reaproximação política de ambos; (iv) a busca estrita pela independência de N-K, afastando-se tanto das demandas azeris quanto armênias (MYCHAJLYSZYN, 2001; POKALOVA, 2015).

O ano de 2006 marca, portanto, uma ruptura com o processo pendular de aproximação e afastamento de N-K da Armênia ao longo da busca do primeiro por autodeterminação.

Diante de tais desdobramentos, os Princípios de Madrid passam a ser debatidos em 2007. A nova proposta recomendava uma gradual desmilitarização e a promoção de novos referendos e consultas populares para que o futuro de N-K fosse definido. A fim de facilitar as negociações que se seguiram, o então presidente russo, Medvedev, convida ambos os chefes de Estado de Armênia e Azerbaijão para participarem de uma reunião que culminaria na assinatura, em 2008, da “Declaração da Regulação do Conflito de N-K”, na qual os presentes comprometiam-se a formular um acordo final com base nos Princípios de Madrid. São eles: a concessão de um status provisório a N-K; a concessão de um corredor que ligue território separatista à Armênia; um futuro acordo que delimite em definitivo o status de N-K; o direito de retorno a seus Estados de origem a refugiados e demais grupos deslocados; a garantia de segurança às populações envolvidas. O ano de 2011 marcou um aparente acordo acerca da aplicação dos Princípios de Madrid, porém, destarte as grandes esperanças e a crescente preocupação da comunidade internacional com o andamento do conflito, as negociações chegaram a um impasse dadas as mútuas alegações, entre Azerbaijão e Armênia, de posicionamentos pouco cooperativos de ambas as partes (GEUKJIAN, 2012; MYCHAJLYSZYN, 2001; POKALOVA, 2015).

4.3 Limites para a paz

As perspectivas de resolução do conflito de N-K dividem-se em dois grandes fronts: (i) o âmbito externo, representado pelo processo negocial arbitrado pelo Grupo Minsk e estruturado sobre a busca pela acomodação das demandas azeris, armênias e karabakhs; e (ii) o âmbito interno, que diz respeito aos desdobramentos domésticos que buscam conferir reconhecimento internacional à região. Acerca do primeiro, uma breve análise do histórico das negociações para a paz que se deram no âmbito do conflito estabelecido em N-K permite a identificação de uma profunda irreconciliabilidade das demandas colocadas: ao passo em que o Azerbaijão clama pela garantia de seu direito à integridade territorial, a luta karabakh por autodeterminação não se dá sem que a soberania azeri seja questionada. Dessa maneira, a participação da Armênia atua como um catalisador de antagonismos à medida em que representa, por si só, uma nova demanda que atua em favor do direito previsto a N-K em detrimento da manutenção das fronteiras políticas do território do Azerbaijão. Frente aos princípios da atuação da OSCE enquanto organismo arbitral do litígio, tal enclave parece apontar a um cenário de impossibilidade de resolução pacífica, uma vez que esta apenas seria possível a partir de uma improvável conciliação entre as conflitantes demandas por autodeterminação e integridade territorial (MYCHAJLYSZYN, 2001; POKALOVA, 2015).

As perspectivas externas de resolução do enclave, porém, não se limitam à análise e contraposição das expectativas que permeiam o posicionamento dos atores ao longo das negociações. Há, ao longo do histórico destas, elementos que permitem a identificação de novos níveis de complexidade envolvidos no processo arbitral, dentre os quais se destaca,

nomeadamente, a formação da identidade karabakh. O relato histórico do desenrolar do litígio, desde suas raízes até seu contexto atual, demonstra, sobretudo a partir de 2006, uma sensível alteração da lógica que permeia a manutenção do enclave: ao passo em que até o referido ano a situação de N-K esteve estritamente condicionada às expectativas de Azerbaijão e Armênia - salvo o período que se alonga de 1992 a 1998 -, a busca por independência que começa a ser melhor sistematizada em 2006 marca o início de um período de reivindicações genuinamente karabakhs. Tem-se, assim, a superação de um período em que a luta de N-K por autodeterminação era substancialmente tratada como elemento desprovido de uma identidade própria e, por conseguinte, propício a ser instrumentalizado e gerenciado por atores externos. Tal se justifica, em certa medida, pela própria construção da identidade de N-K enquanto entidade política *sui generis*. (HANSEN, 2006; ORLANDI, 2005, POKALOVA, 2015).

Ao analisar o contexto de N-K sob a ótica proposta por Hansen (2006), nota-se que, até o marco de 2006, a identidade karabakh constituía um elemento ainda pouco estabelecido, cuja fluidez permitia uma maior instrumentalização da mesma por parte de Armênia e Azerbaijão, que a moldavam de acordo com seus próprios interesses. Tal se explicita na maneira com que a própria existência de N-K, e conseqüentemente seu futuro, era tratado pelos demais atores envolvidos: ora a região era tida como entidade étnica ancestralmente pertencente à Armênia, ora como parte integrante do território azeri, porém, nunca enquanto comunidade política genuinamente diferente dos Estados que brigavam por sua posse. O tratamento cedido a N-K, nesse contexto, encontra elementos explicativos na própria constituição política da região, cujo passado soviético, revestido pelo característico etnofederalismo e pela primazia dos mandos do Azerbaijão perante a *oblast* karabakh, limitaria a capacidade de solidificação de uma identidade clara e forte, fato que se manteria por anos após a queda da URSS (POKALOVA, 2015).

Dessa forma, a existência de N-K enquanto entidade dividida entre um legado soviético que apontava a uma realidade azeri e raízes étnicas armênias propiciava maior margem de manobra para que sua identidade fosse instrumentalizada e seu futuro condicionada a interesses externos. O fim da égide do regime instaurado pelo *Politburo*, contudo, permitiria o início de um processo de definição identitária mais concreto por parte de N-K, o qual encontra sua maior expressão em 2006, momento que define a significação da região enquanto Estado *de facto* revestido por uma identidade genuína, não mais condicionada à Armênia. A busca definitiva por independência e a negação karabakh acerca da continuidade da aceitação do posicionamento armênio ao longo das negociações de paz é, pois, consequência da percepção - permitida por uma construção identitária mais sólida - de que N-K não mais limita-se a existir enquanto uma extensão das pretensões e das significações armênias (HANSEN, 2006; POKALOVA, 2015).

À luz das contribuições de Rae, O’Lear e Whiting (2008), o marco da formalização da construção de uma identidade karabakh corresponde, ainda, ao início de uma nova fase

no processo de *statebuilding* da região. O enclave de N-K, assim, passa, a partir de 2006, por uma nova fase deste último fenômeno, posto que conta, agora, com uma construção identitária mais sólida da região irredentista, cuja capacidade de ação escala à medida em que são atingidos maiores níveis de potência estatal. Tal fenômeno, contudo, aumenta ainda mais os impasses que tolhem as perspectivas de sucesso das negociações acerca da resolução do conflito pois representa a inclusão de uma nova agenda de demandas específicas ao escopo do contexto, o qual é, então, alargado para um universo que inclui, simultaneamente, três atores distintos e igualmente envolvidos (MYCHAJLYSZYN, 2001; RAE, 2002).

Em contrapartida, no contexto interno do enclave, constatada a primazia do elemento da legitimidade nas dinâmicas estatais em N-K, faz-se importante analisar qual é o papel do reconhecimento internacional neste processo político. Sob a perspectiva de Scott Pegg (1998), a legitimidade frente aos atores externos não apenas constitui uma mudança nominal, mas também material: as possibilidades de inserção do enclave em organizações internacionais e em programas de empréstimos e cooperação ao desenvolvimento estão intrinsecamente relacionadas ao reconhecimento de sua soberania pela comunidade internacional. Considerando que grande parte das instituições multilaterais e dos órgãos financeiros mundiais são majoritariamente comandados por atores ocidentais, e uma vez que o argumento da autodeterminação se mostrou insuficiente para a legitimação externa, a região enfrenta o desafio de se adequar aos princípios democráticos liberais e estabelecer um regime em consonância com o modelo ocidental como forma de findar a cimeira através da obtenção do reconhecimento internacional (PANOSSIAN, 2010, p. 148).

Na base da doutrina liberal repousa a ideia de que as instituições devem operar democraticamente. Neste sentido, eleições diretas, liberdade de imprensa e uma sociedade civil participativa se inserem como importantes requisitos para que o regime seja considerado democrático. No caso de N-K, nota-se um crescente comprometimento com a articulação de instituições políticas que sigam estes parâmetros: desde o *referendum* secessionista e a subsequente declaração de independência da dita República de Karabakh em 1992, três eleições parlamentares e duas eleições presidenciais foram promovidas. O último destes processos foi considerado livre e justo, composto por partidos políticos plurais (PANOSSIAN, 2010, p. 148-150).

É preciso salientar, contudo, que o funcionamento do regime e a apreciação da democracia aos moldes ocidentais contrastam com outras questões políticas complexas em N-K, como aquelas referentes aos deslocados no pós-conflito de 1992, à aversão das autoridades a críticas de opositores e à primazia dos militares na elaboração das leis - elementos que impõem sérias limitações ao processo de democratização do enclave (BERG, MÖLDER, 2012). Dessa forma, torna-se claro que o paradoxo envolvendo legitimidade e capacidade constitui um dos grandes desafios no horizonte político de N-K: na percepção de Razmik Panossian (2001), a incongruência entre as instituições formais,

como ministérios e parlamentos, e as práticas informais, como as lutas por poder, casos de censura e comportamento político semi-autoritário, continuarão a impor sérias barreiras ao reconhecimento da soberania do enclave.

5 | CONCLUSÃO

O enclave de N-K tem mostrado significativos avanços em seu processo de construção do Estado e nação no contexto da transição pós-soviética. No que tange ao processo de *nation-building*, vê-se que a construção de uma narrativa de cunho histórico e mitológico que atesta a singularidade dos armênios de Karabakh *vis-à-vis* aos nativos azeris tem fornecido um poderoso instrumento de mobilização social, ora para demandas irredentistas, ora para demandas separatistas. No âmbito da formação do Estado, comprova-se que o passado soviético fornecera as bases para os anseios de N-K por autonomia, uma vez que o grupo nacional foi institucionalmente vinculado a um território específico pelo *Politburo*. A despeito das instáveis condições econômicas e sociais do enclave, a percepção de que é preciso garantir a segurança frente às ameaças externas continua a ser a lógica fundamental por trás da formação do Estado e da nação karabakh.

A evidente legitimidade interna em N-K contrasta, entretanto, com a legalidade de suas demandas, que têm sido refutadas desde o período soviético. Ainda que o princípio da autodeterminação dos povos seja um dos pilares das relações internacionais contemporâneas, a ideia da inviolabilidade da integridade territorial continua a ser a grande doutrina na política internacional. A territorialização da região de N-K nestas construções mutuamente exclusivas prova ser, portanto, um dos motivos principais do congelamento do conflito.

A postura assumida por N-K a partir de 2006 marca o início de uma nova fase do processo de *statebuilding* do Estado *de facto* à medida em que representa um momento de construção identitária que, superadas as amarras e condicionantes representadas pelo passado soviético e pela instrumentalização da região perpetuada por Armênia e Azerbaijão, inaugura um período de maior consistência da identidade karabakh, o que se evidencia à medida em que N-K opta por se afastar dos pretensiosos posicionamentos assumidos pelos armênios. A conseqüente expansão da pauta de demandas representada pela sistematização da busca karabakh por independência, assim, reveste a seara externa do processo negocial do conflito de novas camadas de complexidade, agudizando a irreconciliação entre as expectativas dos atores envolvidos. Ademais, no âmbito interno (mais facilmente alterado pelas elites políticas e pela população do que os elementos exteriores aos limites políticos da região), os esforços de acomodação de N-K ao modelo liberal ocidental como forma de resolver o embate por meio do reconhecimento internacional parecem vivenciar um momento dúbio, no qual convivem elementos favoráveis e contrários ao objetivo colocado. As perspectivas de resolução do conflito em termos pacíficos

parecem, assim, razoavelmente mais limitadas no âmbito externo do que no interno, uma vez que a conjugação das problemáticas da irreconciliabilidade das demandas envolvidas e do endurecimento da posição de N-K representam questões de mais difícil superação do que a adequação unilateral de questões domésticas que flertem com a possibilidade de conquista de reconhecimento de N-K da parte da comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

BERG, E.; MÖLDER, M. Who is entitled to 'earn sovereignty? Legitimacy and regime support in Abkhazia and Nagorno-Karabakh. **Nations and Nationalism**. Estonia, v. 18, n. 3, p. 527-545, 2012

BOTHE, Michael; RONZITTI, Natalino; ROSAS, Alan. **The OSCE in the maintenance of peace and security: conflict preservation, crisis management and peaceful settlements of disputes**. The Hague, 1997.

BRUBAKER, R. Nationhood and the national question in the Soviet Union and post-Soviet Eurasia: An institutionalist account. **Theory and Society**. Los Angeles, v. 23, n. 1, p. 47-78, 1994.

CORNELL, S. Autonomy as a Source of Conflict. Caucasian Conflicts in Theoretical Perspective. **World Politics**. Cambridge, v. 54, n. 2, p. 245-276, 2002.

DE WAAL, T. **Black Garden: Armenia and Azerbaijan through Peace and War**. New York: New York University Press, 2003.

GEUKJIAN, O. **Ethnicity, nationalism and conflict in the South Caucasus: Nagorno-Karabakh and the legacy of Soviet nationalities policy**. England: Ashgate Publishing, 2012.

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

HILL, R. J. The Soviet Union: From "federation" to "Commonwealth". **Regional Politics and Policy**. Londres, v.3, n.1, p.96-122, 1993.

LEMAY-HÉBERT, N. Statebuilding without Nation-building? Legitimacy, State Failure and the Limits of the Institutionalist Approach. **Journal of Intervention and Statebuilding**. Londres, v.3, n.1, p. 21-45, 2009.

LYNCH, D. **Engaging Eurasia's separatist States**. Unresolved conflicts and de facto states. Washington DC: US Institute of Peace Press, 2004.

MYCHAJLYSZYN, Natalie. **The OSCE and Regional Conflicts in the Former Soviet Union**. Regional & Federal Studies, 11:3, 194-219, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PANOSSIAN, R. The Irony of Nagorno-Karabakh: Formal Institutions versus Informal Politics. **Regional & Federal Studies**. Londres, v. 11, n. 3, p. 143-164, 2001.

PEGG, S. **De Facto States in the International System**. Institute of International Relations, The University of British Columbia, Working Paper No. 21, 1998.

POKALOVA, Elena. **Conflict Resolution in Frozen Conflicts: Timing in Nagorno-Karabakh**. Journal of Balkan and Near Eastern Studies, 17:1, 68-85, 2015

RAE, Heather. **State identities and the homogenisation of peoples**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

O'LEAR, S.; WHITING, R. Which comes first, the nation or the state? A multiple scale model applied to the Nagorno-Karabakh conflict in the Caucasus. **National Identities**. Londres, v. 10, n. 2. p. 185-206, 2008.

SIMÃO, L. **Engaging Civil Society in the Nagorno-Karabakh Conflict: What Role for the EU and its Neighbourhood Policy?** Brighton: MICROCON, 2010.

SMITH, A. D. State making and nation building. In: HALL, J.A. **States in History**. Londres, Basil Blackwell, 1986.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Antropologia 105, 106, 148

Arqueologia 8, 131, 132, 149, 150, 151

Arquitetura 23, 57, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 125, 126, 130

Arte Rupestre 8, 149, 150, 151, 155, 156, 161, 162

B

Biologia 187, 190, 192, 193, 194, 196

C

Centro Histórico 8, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129

Cidades 112, 113, 116, 120, 121, 129

Conhecimento Científico 49

Coronavírus 58, 62, 64, 65, 66, 68, 82, 83, 92

COVID-19 3, 32, 41, 69, 70, 74, 75, 78, 79, 83, 85, 91, 92

Crise Sanitária 68, 69

D

Didática 96, 107

Direitos Humanos 7, 1, 2, 32, 39, 42, 43, 46, 47, 53, 54, 56, 62, 68, 73, 75, 77, 78, 80, 81, 87, 92, 102, 107, 109, 111, 215

E

Economia Política 1, 5, 7, 11, 15, 41, 61

Educação Inclusiva 8, 93, 94, 95, 97, 100, 101, 103

Ensino 5, 8, 9, 47, 49, 55, 56, 57, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 103, 174, 175, 176, 178, 183, 184, 187, 188, 189, 193, 194, 195, 215

Ensino Superior 8, 49, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 175, 176, 188

Estado 3, 4, 5, 8, 9, 10, 12, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 35, 37, 42, 43, 44, 68, 69, 70, 71, 73, 76, 77, 81, 82, 83, 85, 87, 90, 91, 94, 101, 106, 107, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 129, 149, 151, 161, 174, 176, 187, 206, 209, 211, 212, 215

Ética do cuidado 32

Exclusão social 8, 121, 125, 127, 211

Extensão Universitária 7, 46, 47, 49, 50, 56, 57

F

Física 9, 48, 54, 87, 89, 90, 96, 98, 99, 100, 112, 118, 121, 129, 171, 174, 176, 183, 196

G

Gênero 1, 4, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 43, 47, 48, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 92, 215

H

Hermenêutica 9, 197, 200, 201, 202, 203

Humanidades 3, 32, 38, 39, 131, 215

I

Identidades 16, 20, 23, 24, 36, 39, 109

Imagética Visual 163, 164, 170

Interdisciplinaridade 9, 70, 174, 176, 183, 188, 190, 194

Iphan 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 150, 151, 155, 158, 161

J

Justiça Social 1, 2, 68, 70

L

Lei Maria da Penha 46, 48, 50, 56

Liberdade 5, 9, 28, 44, 53, 70, 71, 86, 87, 88, 107, 110, 120

M

Metodologias 5, 201

Mulheres 5, 7, 1, 40, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 215

Música 9, 163, 164, 166, 167, 170, 171, 172, 211

N

Nagorno-Karabakh 7, 16, 17, 18, 19, 21, 30, 31

P

Pandemia 7, 41, 58, 59, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 91, 92

Patrimônio Histórico 8, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 127, 129, 151, 161

Performance 9, 21, 112, 145, 150, 163, 164, 165, 170, 172, 174, 186

Pessoa com Deficiência 93, 94, 95, 97, 98, 102, 103

Pessoas Idosas 7, 41, 68, 69, 70, 75, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 91

Poesia 43, 163, 164, 165, 172

Políticas Públicas 8, 9, 23, 41, 51, 54, 55, 70, 73, 80, 86, 87, 91, 94, 95, 96, 101, 112, 113, 114, 115, 119, 215

Precariedades 7, 32, 41, 43

Protestantismo 204

R

Religião 8, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 213

S

Sistema prisional brasileiro 105

Sítio arqueológico 147, 150, 153, 154, 155, 157, 161

T

Teologia 9, 197, 198, 200, 201, 202, 213, 214

Teoria Crítica 1, 4, 13, 14, 32, 44

Transdisciplinaridade 46, 47, 50, 51, 53, 56

U

UNESCO 113, 116, 117, 121, 122, 126, 161

V

Violência Doméstica e Familiar 7, 46, 47, 49, 50, 53, 54, 55



Ciências Humanas:

Caráter Polissêmico e
Projeção Interdisciplinar

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br



Ciências Humanas:

Caráter Polissêmico e
Projeção Interdisciplinar

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br